



Consumo responsável e ética: permanecer com o problema da educação entre natureza e tecnologia¹

Laís Vargas Ramm²

Universidade Federal do Rio Grande (FURG) - Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-0716-4377>

Vanessa Maurente³

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-1340-3450>

Resumo: O presente trabalho é um ensaio teórico que discute de que modo se constroem aprendizados éticos em Grupos de Consumo Responsável (GCRs) e cooperativas de consumo, que são empreendimentos de economia solidária organizados em torno do consumo, especialmente da produção agroecológica. Entende a educação ambiental ali efetuada como vivencial, ancorada em parentescos diversos: com companheiros de coletivo, por meio da autogestão, com tecnologias, alimentos e outros produtos e modos de produzir. Por meio das perspectivas enativa e foucaultiana da ética, discute como podem se constituir e transformar nossos modos de responder às questões do cotidiano e do nosso tempo. A partir da pista de Donna Haraway sobre permanecer com o problema da questão ambiental, entendemos que há uma ética educativa nestes empreendimentos. Ela não atua prioritariamente a partir de informações, mas de ações e das conexões que a partir do corpo permitem reflexão.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Economia Solidária. Consumo Responsável. Ética.

Consumo responsable y ética: seguir con el problema de la educación entre naturaleza y tecnología

Resumen: Este trabajo es un ensayo teórico que analiza cómo se construyen aprendizajes éticos en los Grupos de Consumo Responsable (GCR) y en las cooperativas de consumidores, que son empresas de economía solidaria organizadas en torno al consumo, especialmente en relación con la producción agroecológica. Se entiende la educación ambiental que allí se lleva a cabo como experiencial, anclada en diversas relaciones: con los compañeros del colectivo, a través de la autogestión, con las tecnologías, los alimentos, otros productos y formas de producción. A partir de las perspectivas enactiva y foucaultiana de la ética, se discute cómo nuestras formas de responder a los problemas cotidianos y a nuestro tiempo pueden constituirse y transformarse. Siguiendo la pista de Donna Haraway sobre “permanecer con el problema” ambiental, se sostiene que hay una ética educativa en estos esfuerzos. Esta no actúa principalmente a partir de informaciones, sino de acciones y conexiones que, desde el cuerpo, posibilitan la reflexión.

Palabras-clave: Educación Ambiental. Economía Solidaria. Consumo Responsable. Ética.

¹ Recebido em 20/06/2025. Aprovado em 08/09/2025.

² Doutora em Informática na Educação pela UFRGS, mestra em Psicologia Social e Institucional pela mesma universidade. Psicóloga pela UFPel. Atualmente é psicóloga escolar da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis da FURG - campus Santa Vitória do Palmar. E-mail: laisramm@gmail.com

³ Professora no Departamento de Psicología Social e Institucional da Universidad Federal do Rio Grande do Sul e professora dos programas de pós-graduação em Psicología Social e Institucional e em Informática na Educação na misma universidade. Email: vanessamaurente@yahoo.com.br

Responsible consumption and ethics: staying with the trouble of education between nature and technology

Abstract: This theoretical essay explores how ethical learning is constructed within Responsible Consumption Groups (GCRs) and consumer cooperatives—solidarity economy initiatives organized around consumption, particularly of agroecological products. It frames the environmental education practiced in these contexts as experiential, grounded in diverse relationships: with collective peers through self-management, and with technologies, food, other products, and modes of production. Drawing on enactive and Foucauldian perspectives on ethics, the essay examines how our ways of responding to everyday challenges and contemporary conditions can be constituted and transformed. Inspired by Donna Haraway's notion of “staying with the trouble” of environmental issues, we argue that these initiatives cultivate an educational ethics rooted not primarily in the transmission of information, but in embodied actions and connections that foster critical reflection.

Keywords: Environmental Education. Solidarity Economy. Responsible Consumption. Ethics.

Introdução

Como resposta aos danos ambientais amplamente discutidos e conhecidos, além de alargados, a relação entre ética e “natureza” tem ganhado contornos mais complexos do que em períodos históricos anteriores. Em fevereiro de 2021, a ONU (Organização das Nações Unidas) divulgou um relatório em que vincula diretamente a destruição ambiental à ação humana, indicando a necessidade de mudanças na economia, logística e modos básicos de vida, como alimentação, para a solução dos problemas do planeta. Também em 2021, em junho, pessoas de vários povos indígenas fizeram uma ocupação em Brasília, ao lado do Teatro Nacional, em luta contra o PL 490 de 2007, que ameaça a demarcação de suas terras, criando um marco temporal e especificando como terras indígenas apenas aquelas ocupadas por eles antes da promulgação da constituição de 1988.

Outro relatório, também lançado neste mesmo ano pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e pelo Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe (FILAC), aponta, a partir de uma revisão de documentos científicos, os territórios indígenas como aqueles menos desmatados. A pista deixada por este relatório pode indicar que para além das epistemologias modernas, outras cosmoéticas⁴ produzem relações entre

⁴ Yuk Hui (2020) fala em cosmoética para inserir a ética ambiental e a preocupação com o cosmos na discussão da técnica. Para ele, deve ser superado o binarismo de uma cosmoética pré-moderna e outra moderna, pensando uma diversidade a partir das localidades implicadas com as questões da Terra, dos parentescos específicos que ali se dão e da tecnologia.

natureza-cultura-tecnologia que podem ser mais interessantes para a preservação da vida. Menos voltadas ao progresso ou crescimento e mais atentas à produção e reprodução da vida em coletivos mais amplos do que as perspectivas antropocêntricas que conhecemos hoje, que tomam a natureza como recurso inerte do qual os humanos se servem.

Enquanto o que caracteriza a modernidade são epistemologias que diferenciam natureza e cultura, a ciência, a produção de mercadorias e semiologias do contemporâneo avançam, em certa medida, para alguma preocupação com a criação de modos de vida mais sustentáveis, seja do ponto de vista da crítica ao capitalismo ou da reiteração de suas operações. Porém, isso não significa afirmar que a separação moderna entre natureza e cultura esteja superada, pelo contrário, ela ainda opera. A relação da sociedade com o que chamamos genérica e comumente de natureza, que engloba os não humanos, tem sido tensionada e ressignificada por discursos e saberes diversos. É uma tensão que ainda mantém a separação, mas que inclui o “meio ambiente” nas discussões sobre ética, também nos ambientes educativos formais de todos os níveis.

Além destes, outras iniciativas também se propõem a fazeres educativos no que se refere às relações entre natureza e cultura, considerando os danos ambientais. Esse ensaio discute a experiência de grupos organizados em torno do chamado consumo solidário ou responsável. Trata-se de um debate teórico sobre o exercício de um modo de educação ambiental que se dá mais pela via de uma experiência diferente da hegemônica no que concerne ao abastecimento das casas do que pela via da instrução moral pelas normas declarativas. As experiências sobre as quais refletimos teoricamente são grupos de consumo responsável (GCRs) e cooperativas de consumo. A reflexão teórica foi produzida no contexto da pesquisa de doutorado da primeira autora (Ramm, 2023), que posteriormente também incluiu encontros com três GCRs e duas cooperativas de consumo. As ideias presentes neste ensaio foram importantes para estabelecer as proposições teórico-metodológicas da tese. Além da imersão conceitual aqui apresentada, o envolvimento pessoal com dois GCRs também situa nosso lugar como pesquisadoras.

O que as cooperativas e os GCRs têm em comum é que são grupos organizados para compra coletiva de alimentos produzidos na perspectiva da agroecologia por empreendimentos de economia solidária. Também são comercializados produtos como artesanato, bebidas e roupas. A organização dos consumidores se dá de modo mais ou

menos articulado à dos produtores. Ou seja, não é uma simples relação comercial, mas, dentro do possível, as associações de produtores e de consumidores reúnem-se, efetuam combinados, e de alguma maneira gestionam juntos as experiências. Comumente, os pedidos dos produtos são feitos por intermediação de alguma plataforma digital.

Nos GCRs, de modo geral, os consumidores comprometem-se a disponibilizar algum trabalho voluntário para organização e recebimento de produtos, além de retirar sua cesta. Ademais, aceitam não obter sempre os mesmos alimentos, dada a sazonalidade da produção, também como modo de construção de outra relação com o plantio. Os produtores, por sua vez, têm o desperdício evitado, o que é um diferencial em relação a uma feira convencional, mas comprometem-se a entregar os produtos mesmo em “ciclos” (normalmente compreendidos como a semana de atividades do GCR) em que poucos pedidos foram realizados (Gonçalves; Mascarenhas, 2018). Os produtos mais recorrentemente comercializados são hortaliças (Mascarenhas; Gonçalves, 2016). Esta definição versa sobre a experiência de grupos já mapeados, os quais se articulam em uma rede brasileira que congrega esses coletivos, além de existirem iniciativas semelhantes em outros países. Algumas cooperativas de consumo, por sua vez, embora formalmente seja outro modo de organização, compartilham os mesmos objetivos, quando voltadas à produção agroecológica e da economia solidária.

A ideia de consumo responsável, que aparece no nome dos GCRS, refere-se tanto a uma responsabilidade com as questões ambientais quanto com os processos de trabalho na produção, as formas de distribuição dos resultados econômicos, do conhecimento e das decisões. Ou seja, trata-se de responsabilizar-se coletivamente pelas escolhas - ali entendidas como políticas - que para determinados grupos sociais são possíveis no âmbito do consumo. Não é aquele consumo responsável individual, que faz com que as pessoas escolham produtos sustentáveis, mas é realizado coletivamente e organizado dentro do movimento da economia solidária. Haraway (2019) também usa a ideia de responsabilidade de modo interessante e menos individualizado, no sentido da produção de respostas hábeis aos problemas que nos são interpostos. Os fazeres educativos dos coletivos aqui abordados também podem ser pensados desta forma, como respostas hábeis, elaboradas coletivamente, à necessidade de outras relações com o ambiente.

Ao longo do texto, em alguns momentos nos referimos aos GCRs e às cooperativas de consumo como grupos de consumo solidário, de modo a entender

ambos os formatos como parte de um mesmo movimento de problematização do consumo por meio da economia solidária. Os empreendimentos específicos e a pesquisa de campo não são debatidas aqui, mas trazemos à tona um modo de entender a forma como aprendizados éticos são possibilitados ao participar destes grupos. Assim, ao articular as perspectivas enativa e foucaultiana da ética com a proposição de Donna Haraway (2019) sobre permanecer com o problema, pensamos estas iniciativas de economia solidária como um contexto de práticas de educação ambiental realizadas de modo incorporado, experiencial e cultivador de comunidades mais-que-humanas.

A discussão sobre as tecnologias - tanto as digitais como as de produção, como a própria agroecologia - é, nestes coletivos, articulada ao debate sobre as questões ambientais. Produzem-se ali, por meio do exercício autogestionário, soluções locais, sem que se abandone a tentativa de uma análise mais global dos problemas ambientais. Nos tópicos a seguir, ensaiamos teoricamente uma compreensão de como se dão esses aprendizados.

Educação ambiental como aprendizado ético

Movimentos sociais recentes, com o crescimento do conservadorismo, especificamente no Brasil, como o Escola Sem Partido, além de dificultarem/constrangeram debates fundamentais para a educação escolar, como gênero e sexualidade, também limitam discussões de muitos outros temas, como o da sustentabilidade. Temores “anticomunistas” animam esses grupos e as ideias amplamente propagadas por eles. Não apontamos essa onda conservadora na educação como causa única das limitações existentes nas ações educacionais (formais e não-formais) sobre as relações humano-“natureza”, mas identificamos que ela pode sim constranger parte da crítica necessária aos ideais de crescimento que se evidenciam cada vez mais insustentáveis. Sabemos que muitas atividades escolares sobre o tema, por exemplo, se dão em um sentido de “conscientização” em relação às práticas cotidianas individuais, sem inseri-las em um campo de problematizações sobre as modulações sociais e econômicas da nossa relação com a “natureza”. Ou seja, chegam a participar de uma certa disputa de discursos morais, mas têm pouca atualização como ação e reflexão ética incorporada, contextualizada, coletiva e localmente implicada.

Latour (2020) aponta o paradoxo de que a própria tentativa moderna de separar natureza e cultura as une no ocidente em um binômio de tamanha força que não nos é

possível aludir a um conceito sem nos referirmos ao outro. Nunca chegamos a alcançar a separação, e é neste sentido que o projeto de modernidade jamais chegou a efetivar-se completamente, conforme proposta do autor. A ampliação dos conhecimentos sobre a emissão de dióxido de carbono e de metano na atmosfera, acompanhada da criação - patrocinada - de um campo de controvérsias sobre esse tema, dando a impressão de que não há consenso científico sobre as consequências da ação humana nas transformações sofridas pelo planeta, gera uma diversidade de formas de “enlouquecer com a ecologia”, seja pela negação do que foi danificado até aqui ou pela angústia.

De forma simplificada, é possível citar o aquecimento global, a diminuição da camada de ozônio e a ameaça à biodiversidade, incluindo as condições da própria vida humana, como fatores que vão produzindo certa atenção coletiva ao fenômeno ambiental. A eventualidade de escassez de água potável para consumo humano e animal, o impacto das secas na agricultura, em diferentes locais e, recentemente, a grande frequência de fenômenos climáticos extremos, também geram preocupação, ainda que possa ser restrita a alguns grupos.

As perspectivas éticas ocidentais tradicionais, de forma geral, centram-se nas relações entre humanos, são antropocêntricas (Jonas, 2006). Neste ensaio, trabalhamos com a noção de que lidar coletivamente com os danos ambientais já sofridos e cuidar do que ainda pode ser cuidado passa por redirecionar as reflexões sobre a ética para interações mais amplas do que nosso convívio social humano. É isto que temos aprendido nos últimos anos, embora segundo a pista de Hui (2020), junto com a natureza, nos falte olhar especificamente para a tecnologia, como forma de saída da modernidade e de superação do antropoceno. Segundo o autor, seria interessante que as diferentes culturas se ocupassem das especificidades de distintas cosmotécnicas, para a fundação de uma nova cosmopolítica, que considere diferentes ontologias, mas também, de forma séria, a questão da técnica.

Por cosmotécnica, Hui (2020) entende a união da dimensão cósmica e moral na técnica. Sem compactuar com a separação moderna entre natureza e cultura, ele não entende este cósmico presente no local apenas como forjado pelo conjunto de costumes ou crenças de uma comunidade de humanos, mas também, com fundamental importância, as características geográficas, o clima, tudo que compõe o espaço. Aliás, ele ressalta que uma comunidade humana não pode ser pensada somente por seus participantes humanos, ela inclui muitos outros agentes e o ambiente. Essa proposta de

“retorno” ao local, de atenção das comunidades ao que elas mesmas podem produzir - e demandar - no que se refere às tecnologias, embora seja algo já bastante discutido nos espaços que procuram pensar a sustentabilidade ambiental, inclusive aqueles da economia solidária, ainda é um movimento contra-hegemônico. Como Hui mesmo aponta, as características do local costumam ser consideradas como “recurso” natural. Conforme sabemos, aquilo que é posto na condição - passiva - de recurso é extraído, usado. Um exemplo é o tipo de geração de energia utilizada para as atividades humanas, em diferentes lugares. Na COP 26, em 2021, Brasil, China e Estados Unidos não assinaram o acordo que previa a extinção do uso do carvão para produção de energia, motivado porque ele libera dióxido de carbono na atmosfera. Além disso, na versão final do documento, o compromisso feito é com a celeridade da diminuição e não da eliminação do uso⁵. Esse tipo de decisão, tomada a partir de interesses políticos e econômicos, acaba indo numa direção de não composição com o meio, mas de extração.

Hui (2020) entende que após a emergência da cibernetica, conferindo destaque à noção de acoplamento estrutural⁶, cunhada por Maturana e Varela, torna-se cada vez mais impróprio pensar o meio ambiente de um lado e tecnologia de outro. Ao contrário, as máquinas, progressivamente, vão constituindo o que entendemos por ambiente. Tal é a razão que faz com que o autor proponha que possamos fazer uma ecologia das máquinas, considerando o que ele chama de tecnodiversidade, conceito paralelo à biodiversidade, de modo a ampliar nossas compreensões e relações com a tecnologia para além do imposto pelas epistemologias eurocêntricas⁷.

Discutindo um exemplo que é muito caro à presente pesquisa, a questão do uso de pesticidas, Hui (2020) explicita o conceito de tecnodiversidade. Antes da invenção e disseminação dessas substâncias, cada localidade desenvolvia, considerando suas especificidades de saberes e de natureza, técnicas para combater ou afastar determinados insetos. Os pesticidas, por sua vez, representam uma solução igual para

⁵ Informações disponíveis em <https://www.brasildefato.com.br/2021/11/05/cop26-brasil-estados-unidos-e-china-nao-assinam-acordo-para-zerar-energia-a-base-de-carvao> e <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-59284662>.

⁶ Interações relativamente estáveis que geram perturbações mútuas a partir de cada estrutura. (Maturana; Varela, 2001).

⁷ Para os povos indígenas americanos, por exemplo, como discutido por Viveiros de Castro (2004), há uma ideia de multinaturalismo, que é diferente do multiculturalismo. Por terem corpos e naturezas distintas, os seres, humanos e não humanos, têm perspectivas diferentes do mundo. É uma compreensão não representacional e incorporada da experiência e que permite pensar de outros modos as interações natureza-sociedade-tecnologia.

todas as geografias, embora hoje seja amplamente conhecido que representam enormes danos a determinados biomas.

Podemos dizer que a tecnodiversidade é, em essência, uma questão de localidade. Localidade não significa necessariamente etnocentrismo, nacionalismo ou fascismo, mas é aquilo que nos força a repensar o processo de modernização e de globalização e que nos permite refletir sobre a possibilidade de reposicionar as tecnologias modernas. A localidade também é crucial para que possamos conceber uma multiplicidade de cosmotécnicas. Ela não é usada aqui no sentido de políticas identitárias, nem como um recuo ao tradicionalismo expresso de uma forma ou de outra, mas para fazer com que múltiplas localidades inventem seus próprios pensamentos e futuros tecnológicos – uma imunologia, ou, melhor dizendo, imunologias que ainda precisam ser escritas. (Hui, 2020, p.81-82)

O autor aposta, portanto, nas soluções locais, a partir de relações não apenas humanas, mas considerando elementos não-humanos de cada localidade. A articulação dos grupos de consumidores organizados com os agricultores, e, portanto, com seus processos de produção agroecológica, é uma tentativa de produzir uma relação local e singular com o consumo, mas também com o solo e os alimentos. Ao eliminar os pesticidas, outras técnicas, que envolvem cosmovisões, hábitos, especificidades culturais, são novamente convocadas nos laços comunitários.

No sentido de pensar um campo de experiências que englobe um olhar para o meio ambiente e para a técnica, os grupos de consumo solidário podem permitir um exercício ético que inclua as relações com tecnologias, coletivos de pessoas, animais, plantas e minerais. Ao tentar conectar as esferas da produção e consumo, sobretudo de alimentos, pode redimensionar-se a percepção sobre a agência individual e coletiva em relação aos problemas locais. Isso implica tanto pequenas mudanças nas práticas cotidianas, não necessariamente linguísticas ou reflexivas, quanto a inclusão de, em alguns casos, não humanos que antes não eram usuais na relação do sujeito com a moral, a produção de verdade. E, por conseguinte, envolve os modos de constituir-se coletivamente.

Estes deslocamentos não são dados a priori, nem comuns a todas as experiências em um coletivo que procura transformar as práticas de consumo, mas podem acontecer, à medida em que a rotina da cidade tem alguma aproximação com a agricultura: com as possibilidades de produzir e consumir certos alimentos em cada estação, as dificuldades que podem ser encontradas na transição para a agroecologia e até com as contradições nesse processo. Também nos produtos urbanos, como o artesanato, a aproximação entre

consumidores e produtores cria tensões, questionamentos, que são diferentes de quando se compra na internet (em um sistema tradicional de e-commerce, por exemplo), ou no supermercado, ou em uma loja de departamentos, ou até de um vendedor ambulante.

Não pretendemos sugerir que quando participamos de um GCR ou cooperativa de consumo toda a relação com o consumo e a natureza-cultura-tecnologia sofre transformações, mesmo que elas sejam pequenas. Seria uma afirmação muito pretensiosa, uma vez que reconhecemos que dentro de cada coletivo, não só de consumidores, mas também de produtores da economia solidária, existem diferentes motivações para estar ali e diferentes reverberações dos preceitos - morais - ali defendidos. A inquietação com estas experiências, no entanto, vai justamente no sentido de perceber que algumas tensões se produzem, criando ali um espaço de partilha da angústia em relação à questão social e ambiental⁸, podendo tomar a tecnologia como uma possibilidade de composição, como em um *fazer com*. De tal modo que objetos técnicos e metodologias possam ser incorporados, como parceiros, na construção de uma cosmopolítica interessada em mundos habitáveis. É por esta razão que, neste ensaio, procuramos discutir teoricamente a experiência ética de participação de grupos articulados pelo consumo solidário, em seus aspectos relacionados à educação, às tecnologias e ao meio ambiente.

Nossa aposta é de que as práticas de consumo responsável e suas reverberações na relação com o meio ambiente e nas condições de vida dos produtores da economia solidária constituem exercícios éticos que fazem emergir a si e ao mundo de formas mais sintonizadas com práticas educativas socioambientais. A educação seria, além de um objetivo explícito dos GCRs e das cooperativas de consumo (portanto, uma questão moralmente colocada), uma ética que norteia alguns aspectos dessas experiências. A discussão sobre o papel das tecnologias, por exemplo, nesse contexto não se restringe ou é protagonizada pelas tecnologias digitais, mas envolve processos e artefatos que auxiliam produtores, consumidores e universidades⁹ nos limiares entre trabalho e consumo. Exemplifica-se, nesse sentido, a agroecologia e incubação de empreendimentos de economia solidária, que são metodologias e dinâmicas sociais, também consideradas tecnologias sociais.

⁸ Um dos modos de “enlouquecer com a ecologia”, referidos por Latour (2020) é fazer dissipar-se a angústia enquanto se tenta inculcá-la nos outros.

⁹ Alguns desses grupos são acompanhados por projetos e programas de extensão universitária, como as incubadoras tecnológicas de empreendimentos de economia solidária.

Para dar continuidade à discussão sobre os aprendizados éticos presentes nessas experiências, ensaiamos uma aproximação teórica entre as perspectivas enativa, foucaultiana e algumas contribuições de Donna Haraway. Para então pensar o papel da educação (ambiental e para o consumo) nos grupos de consumo solidário, situando a ética como um modo de permanecer no problema das questões ambientais. Ou seja, não assumir a posição de negacionismo climático nem a posição fatalista de que não haveria nada a fazer, dicotômicas entre si, mas que têm em comum conduzir a uma certa desresponsabilização.

Ética como modo de manter-se no problema

No último capítulo do livro considerado fundador da teoria da enação¹⁰, Varela, Thompson e Rosch (1991) se dedicam à ética, partindo dos modos de fazer ciência no ocidente e chegando a aspectos da vida cotidiana potencialmente transformados pelas tradições da atenção, especialmente as práticas meditativas do budismo mahayana. Sobre a ciência no ocidente, eles observam duas tendências, o niilismo e o objetivismo, como figuras complementares. O objetivismo, que poderia ser representado, por exemplo, pelo cognitivismo, funda-se em dualismos como o que é subjetivo e o que é objetivo. O niilismo, por sua vez, é encontrado na tradição filosófica pós-nietzschiana, bem como nas então recentes descobertas das ciências cognitivas. Estas apontam para uma ausência de fundação, a ausência de um *self* que controlaria a nossa experiência. A despeito da descoberta científica da ausência desse *self*, em nosso cotidiano, experimentamos sua existência. O pensamento niilista, no entanto, desconsidera o valor dessa experiência. Apostando demasiadamente na ausência de fundações no sujeito e no mundo, e torna essa própria ausência de fundações, uma fundação. Enquanto o objetivismo sofre de ansiedade cartesiana, o niilismo pode sofrer de desespero, da falta de aposta no mundo. Uma ciência transformadora e que reconhece possibilidades de transformação do mundo, por sua vez, não se faz pela polarização entre subjetivo e objetivo, porque eles se coproduzem.

Varela e seus colegas apresentam uma pesquisa sobre as práticas meditativas, de modo a concluir que elas produzem a dissolução da experiência do *self*, através da

¹⁰ Para a teoria da enação, não há sujeito, objeto e realidade dados a priori, mas uma construção corporal, cognitiva, a partir dos encontros do sujeito que forja seu mundo. Ações são perceptivamente guiadas e as percepções são guiadas por ações.

vacuidade. Essa mudança na modulação da atenção poderia produzir um certo interesse genuíno pelo outro, não pela via das regras morais, mas por uma transformação corporal do modo de agir e perceber o mundo. A experiência cotidiana comum de um *self* totalitário tende a ser ensimesmada e pouco compassiva, enquanto a meditação desenvolveria uma atenção menos egocêntrica, não voltada a uma vivência focada na satisfação.

Esta proposição faz sentido à medida que o exercício de meditar supõe acolher o fluxo de pensamentos e sentimentos que nos acomete a cada momento, inclusive durante as práticas, porém abdicando da necessidade de responder a ele ou seguir com ele. O efeito pode ser entendido como uma não identificação imediata com os “conteúdos” que compõem este fluxo, daí a dissolução do *self*, e, potencialmente, uma conduta mais interessada em elementos para além do que o comporia, ou seja, o que tornaria a pessoa o que ela é individualmente.

A participação em um grupo de consumo responsável ou de uma cooperativa de consumo certamente não tem efeitos cognitivos semelhantes aos da prática budista, mas também redireciona a atenção da experiência estritamente individual de consumir produtos, especialmente alimentícios, para uma mais coletiva que considera o âmbito da produção e outros atores envolvidos nessa relação. Também se trata de uma ética produzida nos fazeres práticos, tal como a meditação. Além disso, estimula uma simpatia pelo mundo, tal como sugerem Varela, Thompson e Rosch (1991) que é necessário para não nos unirmos às concepções niilistas.

As pistas e parentescos sugeridos por Donna Haraway (2019) nos ajudam a conectar a dimensão profundamente incorporada da ética à sua relação com as normas morais que ela reitera e transforma. Um corpo, nesta perspectiva, só o é por meio das suas relações, com espécies companheiras e elementos heterogêneos que produzem engajamentos vitais (Arendt; Moraes, 2016). Não nos fazemos corpo individualmente, e atentar às conexões que nos movem pode apontar para o questionamento de valores como o individualismo e o utilitarismo, que balizam a moral capitalista. Seguindo a provocação de Varela, Thompson e Rosch (1991) e desejando produzir uma ciência transformadora de mundos, encontramos em Haraway (2019) a aposta de permanecer com o problema. Ela procura fazê-lo pelas conexões entre arte, ciência e ativismo, e parte da compreensão de que a vida é possível por conexões entre suas diferentes formas. A prática das “artes da memória” seria fundamental para propiciar qualquer

possibilidade de ressurgimento das condições de vida. Não apenas uma memória humana, pela via das narrativas, mas aquela que marca também outras espécies animais pelos danos que tornaram necessárias suas parcerias de “viver com”. Estas memórias possibilitam permanecer com o problema. Ou seja: nem a atitude climatocética referida por Latour (2020), nem a desistência niilista do mundo. Levar a cabo o que pode ainda ser restaurado, produzido, inventar novas parcerias multi-espécie e atentar às que já existem, fortalecendo comunidades mais-que-humanas.

As perspectivas que retiram a ciência do espaço “confortável”, não marcado, neutro, situam a produção de conhecimento acadêmico na política, na constituição dos coletivos. Latour (2020) define coletivo como a redistribuição das potências de agir, entendendo como agentes não apenas os seres humanos, mas também outros seres vivos e as tecnologias. Sua proposta está engajada na discussão ambiental, à medida que entende a “natureza” não como passiva, enquanto os seres humanos agem, mas compreendendo que a Terra - ou Gaia que se insurge - responde, de modo que os territórios - formados por um conjunto de outros agentes - se constituem também a partir desta resposta.

A tecnociência voltada para propósitos coletivos, solidários (Dagnino, 2019), pode ser entendida como uma intensificação desta redistribuição, uma vez que tende a politizar a discussão sobre o uso e a produção de tecnologias, orientando o debate para as necessidades e as características de cada local, de cada território que se compõe de agentes humanos e não humanos. O uso e produção das tecnologias, nesse sentido, compreenderia uma ética, não como mera execução de princípios morais, mas contextualmente produzida a partir de interesses coletivos. A agroecologia e a escolha das tecnologias digitais, que é feita em cada grupo de consumo solidário, são exemplos do desenvolvimento de soluções locais, e, em muitos casos, de tecnologias sociais.

Permanecer no problema, em cada território, é uma experiência limiar entre o luto e a luta. É o que fazem os diversos indivíduos e coletivos que ainda se colocam a questão de como viver e morrer melhor na Terra. É uma ética que se pretende não individualista e não antropocêntrica. Aliar as experiências ativistas, como os grupos de consumo solidário, com as reflexões teóricas e pesquisas científicas, é um modo de resistir ao realismo capitalista (Fischer, 2022) e sustentar a construção de futuros possíveis em uma Terra habitável.

Evidentemente que permanecer no problema natureza-tecnologia-cultura não apaga a memória ou o efeito do negacionismo em relação aos problemas ambientais, da subjetivação voltada ao consumo ou mesmo da atitude desistente da Terra. Como humanos deste tempo, sujeitamo-nos a essas moralidades, produzimo-nos nesses modos de subjetivação.

Foucault (1984) interessou-se em pesquisar a ética como experiência, como produção de si mesmo. Ao estudar diferentes morais, ele propõe que sempre existem dois elementos que se constituem simultaneamente, mas com alguma autonomia. São estes os códigos que prescrevem e proíbem certas condutas, que podem ser mais ou menos explícitos, e as formas pelas quais os sujeitos experienciam a moral, que são modos de subjetivação. Uma moral - compreendida em um período histórico, em um conjunto de práticas compartilhadas - pode ser mais voltada às prescrições ou mais voltada às práticas de si, que são a substância ética. Para o autor, uma ação ética nunca é isolada, ela sempre se liga a uma certa teleologia moral, o que podemos compreender no sentido do estabelecimento de uma normatividade ou mesmo da reiteração de uma normalização.

O mesmo autor (2004) diz de uma diversidade de modos de sujeitar-se às prescrições morais. Ele também se refere à substância ética, que é aquilo que se faz incidir da moral no sujeito, o modo como ele transforma a moral em parte significativa daquilo que ele é. O trabalho ético, por sua vez, é o cuidado exercido sobre si mesmo em prol de transformar-se em sujeito moral. Em relação às práticas de consumo, os modos de sujeição tanto se referem aos imperativos da publicidade, que nos dizem para consumir, buscar conforto, e até comprar o que no corpo se converte em saúde, quanto os valores da economia solidária. O que se recusa? O que se repete? O quanto se pode habitar o limiar do problema? O que se problematiza sobre o consumo a partir da participação de coletivos mais-que-humanos? O sujeito ético, no sentido foucaultiano, é um campo de problematizações dos preceitos morais que o produzem.

Os aspectos éticos apontados por Varela (1992) como mais comuns em nosso cotidiano são as ações corporificadas e pré-reflexivas, que são parte daquilo a que Foucault se refere como substância ética. No entanto, conceitualmente não coincidem ou podem ser sobrepostos completamente, porque o movimento ético a que Foucault se refere inclui com mais destaque do que em Varela uma relação declarativa com os códigos morais. Embora não haja sobreposição, há intersecção possível.

Como sociedade organizada no modo capitalista, profundamente calcada nos valores do consumo, nossas práticas cotidianas, individuais e coletivas, não são isoladas em si mesmas, como bem apontado na pista de Foucault. Nossas ações mais corriqueiras de consumo não necessariamente passam por problematizações ou reflexão a respeito, embora possa acontecer, mais comumente pensando-se no preço das mercadorias, por exemplo. Elas são, em sua maioria, conforme a pista de Varela (1992) e da teoria da enação, modos de resposta às situações colocadas pela vida, que sem passar pelo juízo racional, ainda constituem o sujeito ético.

A ética, como a entendemos, envolve o modo de responder às situações a partir de um trabalho sobre si. Não apenas resolvendo problemas, de modo cognitivo (Kastrup, 2005), mas inventando problemáticas para habitar coletivamente. A constituição de corpos que agem de modo independente de reflexão, nas situações cotidianas, não é dicotomizada em relação à problematização e adesão a diferentes morais, mas são entendidas como co-produzidas e em mútua transformação. A ação da moral nos sujeitos, que se torna parte importante do que eles entendem como sendo quem são, é a substância ética proposta por Foucault, não como uma instância individual, mas produzida nos coletivos.

Nos grupos de consumo solidário/responsável se faz relevante o trabalho realizado pelos sujeitos, em si mesmos e na relação com os outros, a partir dos valores típicos da economia capitalista e daqueles propostos pela economia solidária, especialmente no âmbito do consumo. Observamos, a partir de diferentes elementos conceituais e práticos, esse trabalho ético vivido nestes coletivos, como modo de aprender a estar no mundo com os outros, e, portanto, compondo uma experiência educativa em que ao mesmo tempo se pode aprender e convidar outros a aprender.

Quando refletimos sobre a organização econômica da vida, o emprego do dinheiro, a questão pode aparecer mais exclusivamente ligada ao uso de recursos disponíveis, ou como exercício moral de escolher para onde vai o dinheiro, se um produto tem origem no trabalho explorado ou em ações ambientalmente degradantes, por exemplo. É necessário relembrar sempre as condições específicas que diferentes sujeitos socioeconomicamente situados têm ao fazer estas problematizações ou não. Quando tornadas hábito, essas ações circunscrevem uma certa norma de funcionamento, que é diferente quando vamos ao supermercado ou quando fazemos compras coletivas em um GCR, ou ainda, quando compramos pela internet, em um *site* qualquer, ou

quando nos tornamos clientes ou sócios de uma cooperativa de consumo. Cada um desses contextos de práticas articula momentos de extensão de comportamentos anteriormente efetivos, com elementos de atenção e consciência inteligente (Varela, 1992), ou seja, ações reflexivas, que podem ou não produzir diferenciações no fluxo comum das ações.

Não se trata de afirmar que toda a obediência à moral hegemônica de consumo se dá por comportamento “automático” e que toda a experiência de consumo responsável é uma problematização constante dos hábitos. Esta seria uma visão simplista da experiência ética. O que observamos, por outro lado, é que na economia solidária há uma aposta ética nos processos educacionais de sujeitos e coletivos, de modo que se possam produzir alguns movimentos de problematização, ao mesmo tempo em que se constituem normatividades que não englobam apenas a problematização, mas a incorporação de outras relações com o consumo. Esta aposta educativa se dá por meio de espaços mais ou menos explícitos e mais ou menos formais. Também por meio de parentescos com tecnologias, coletividades de coletividades (como as associações de coletivos de produtores, por exemplo), e os alimentos e artesanatos, nas composições entre vivo e técnico envolvidas na sua produção. Em seguida, avançaremos na discussão sobre a ética educativa que move a proposta dos grupos organizados para o consumo.

Os grupos de consumo solidário como prática ética educativa

Masschelein (2008) propõe pensar a educação não no sentido de *educare* (ensinar), mas de *e-ducere* (conduzir para fora). A prática pedagógica voltada a educar o olhar, nos termos do autor, não visaria à conscientização, mas à produção de atenção. Esta, por sua vez, seria o estado mental no qual estão em jogo sujeito e objeto. A proposta de consumos responsáveis também se refere à modulação de certa atenção em direção ao ato de consumir, aos produtos e aos processos de produção e não somente à coisa transformada em mercadoria. Ali o consumo se torna objeto de atenção, possibilitando também a produção de saberes coletivos.

Retomamos aqui o paralelo antes evocado em relação às práticas meditativas, estudadas pelo enfoque enativo. Complexificar a experiência de consumo, incluindo outros atores em sua intencionalidade, poderia não dissolver a experiência de um *self* unificado, tal qual nas referidas práticas, mas talvez, operar transformações nesta. Passa

por aí a constituição do cotidiano e das microidentidades (Varela, 1992) que respondem a cada situação, mas também a experiência de sujeito, incluindo a adesão aos códigos morais, as práticas de si e as problematizações. Envolve, portanto, a determinação da substância ética, em sentido foucaultiano, que cada sujeito e grupo realiza em relação às diferentes morais em jogo no seu ato de consumir: o utilitarismo capitalista e os princípios da economia solidária que a ele se contrapõem, por exemplo. Tratando-se de práticas educativas que atuam na produção da ética como processo de subjetivação, não seria possível, portanto, delegar o papel educativo dos GCRs e cooperativas de consumo à circulação de informações. Não significa que elas não tenham um papel, mas não é prioritariamente uma educação informativa, mas sobretudo vivencial.

As vivências que propiciam experiências educativas neste contexto vão desde conversações entre os integrantes dos grupos de consumo ou com os produtores até a própria relação com os alimentos. São presentes nestes coletivos os relatos de uma outra percepção do sabor dos alimentos, por exemplo, quando se passa a ter acesso à produção agroecológica. E esta não é uma experiência sensorial isolada das transformações éticas propiciadas por estes coletivos, mas sempre comparece articulada a uma narrativa de escuta da história da produção daqueles alimentos, das condições de transição agroecológica pela qual passaram ou passam os agricultores. Ou seja, a relação corporal com os alimentos e a presença nos espaços de formação e convivência destes coletivos não é dicotômica em relação à problematização moral e à constituição ética dos sujeitos. Tal como proposto pela teoria da enação (Varela, 1992), a expertise ética não se dá prioritariamente pela via moral, mas pela necessidade de responder às situações cotidianas que nos faz estender comportamentos anteriormente efetivos, além de atentar e refletir sobre eles. Participar do movimento da economia solidária e assegurar a sustentabilidade ambiental como um dos seus princípios é uma experiência de corpo e presença.

Alguns trabalhos têm destacado o papel educativo da economia solidária para aqueles que a constroem. Gadotti (2009) vê na economia solidária uma prática eminentemente pedagógica, uma vez que requer, para a participação em um empreendimento não capitalista, uma espécie de mudança de mentalidade. O processo educativo destacado pelo autor se refere ao aprendizado da cooperação, não aquela também necessária ao trabalho explorado, que é forçada, heterônoma, mas uma cooperação recíproca, e que faz sentido como modo de crescimento coletivo. O autor

também destaca, como parte do fazer pedagógico da economia solidária, uma certa aproximação entre quem produz e quem consome, o que nos direciona mais detidamente ao contexto aqui pesquisado.

Cabral (2000) aponta que na economia solidária se podem gestar novos paradigmas entre trabalho, educação e cultura. Das proposições de Tiriba (2007), destacamos as perguntas que fazem os trabalhadores na constituição de seus empreendimentos solidários, ela enfatiza aquelas relacionadas à viabilidade econômica, uma vez que é necessária a inserção no mercado capitalista. No entanto, sublinha também que uma pergunta nunca é neutra, uma vez que ela é produzida a partir da implicação do sujeito com um tema. Defende, portanto, a diversidade das perguntas e saberes produzidos no âmbito da economia solidária. Zerbini, Barciotte e Pistelli (2003) discutem o caráter educativo especificamente no âmbito do consumo responsável. Abordam para tal, a metodologia desenvolvida pelo instituto Kairós, que propõe ao mesmo tempo enxergar as limitações das nossas escolhas diante de um sistema autoritário, legitimado pela mídia e pela propaganda, e inquietar-se com a possibilidade de co-construção do mundo, nas transformações sociais possíveis.

Embora diversos trabalhos falem da economia solidária ou do consumo responsável como um processo educativo, como Tiriba (2007) que se reporta a uma pedagogia do trabalho associado, procurando aliar as perspectivas do trabalho coletivo e da educação popular, é um pouco difícil encontrar discussões sobre quais aprendizados acontecem nestes variados contextos de produção e consumo. Seguindo a pista de Masschelein (2008) e das perspectivas de ética que viemos discutindo, procuramos, com este ensaio, atentar a que e como se aprende, na ação própria de aprender, nos fazeres práticos de cada coletivo. O que significa dizer que os princípios e valores que norteiam as experiências de problematização do consumo certamente são importantes, mas também os processos pelos quais os sujeitos experimentam aberturas em relação às suas ações habituais, e como estas aberturas lhes permitem outras vivências de si mesmos. O que passa a ser visível, ou para usar um termo mais adequado, sensível, quando se compõe uma rede de produção e consumo solidários? Muitos elementos podem ou não ganhar relevância, passar a ser objeto de atenção. A autogestão e as hierarquias são objetos de atenção? O papel das crianças nos grupos ou dos empreendimentos na educação das crianças? São apenas exemplos de elementos que poderiam ser

complexificados, problematizados na experiência presente de organizar-se de forma crítica em relação ao consumo.

Considerações finais

Moveu o presente ensaio a inquietação com os aprendizados que as pessoas constroem nos grupos de consumo responsável e solidário onde atuam, incluindo as tecnologias de que fazem uso para tal. É possível, na experiência de participação de um GCR ou cooperativa de consumo, atentar ao que Hui (2020) chama de tecnodiversidade? Entendemos que existe esta tentativa, de construir soluções localizadas e singulares, na relação com os territórios. Sabemos que o uso generalizado de agrotóxicos e uma concepção de agricultura cada vez mais empresarial e em larga escala, e o consequente distanciamento entre a vida urbana e a produção de alimentos, resulta na progressiva erradicação tanto das sementes tradicionais, quanto dos pequenos agricultores como forma de vida (Stengers, 2015). Mais além de pensar no impacto ambiental das organizações agroecológicas locais relacionadas a cada grupo de consumo, embora isto seja fundamental, trata-se também de identificar como outros modos de agir e de fazer circular a palavra ajudam a construir respostas coletivas hábeis às questões urgentes do nosso tempo.

As práticas de educação ambiental efetuadas nestes coletivos se dão por meio de parentescos, de relações de interdependência em comunidades mais-que-humanas, retirando o consumo do âmbito estritamente privado. As experiências sensoriais, a presença corporal nos espaços de discussão e de contato com os produtos e os companheiros de empreendimento, são tão relevantes quanto as informações e as proposições políticas da economia solidária. Os aprendizados se dão por meio de transformações éticas, não apenas no que se refere à adesão a princípios morais, mas no direcionamento da atenção, enquanto o consumo se faz objeto pelos coletivos.

Permanecer com o problema, ou no problema, pensando no sentido de habitar a questão no cotidiano, é um desafio a que se propõem os grupos de consumo responsável e solidário, em um momento histórico de angústias ecológicas. Certamente que há dificuldades nos fazeres educativos destes grupos, inclusive no que toca à sua viabilidade, além da manutenção de seu caráter convidativo. Ainda com essas limitações, eles podem oferecer pistas de como a educação ambiental pode se dar pelos

vínculos afetivos, a aproximação entre o rural e o urbano e pelo olhar atento às tecnologias que sustentam nossos modos de vida.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Ronald João Jacques; MORAES, Marcia Oliveira. O projeto ético de Donna Haraway: alguns efeitos para a pesquisa em psicologia social. **Pesquisas e Práticas Psicosociais**, São João del Rei, v. 1, n. 11, p. 11-24, jun. 2016. Disponível em:<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v11n1/02.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2025.

BRASIL. PL 490/2007. Brasília, Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=345311>. Acesso em: 26 jul. 2024.

BRASIL. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Lei Nº 9.394**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 06 jan. 2022.

CABRAL, Sueli Maria. Economia solidária: um processo educativo. **Prâksis**, Novo Hamburgo, v. 1, n. 1, p. 27-31, dez. 2000. Disponível em
<https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraksis/article/view/538>. Acesso em: 31 jul. 2024.

DAGNINO, Renato. **Tecnociência Solidária**: um manual estratégico. Marília: Lutas Anticapital, 2019. 164 p.

DE CASTRO, Eduardo Viveiros. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. **O que nos faz pensar**, v. 14, n. 18, p. 225-254, 2004. Disponível em:
http://www.oquenosfazpensar.fil.puc-rio.br/import/pdf_articles/OQNFP_18_13_eduardo_viveiros_de_castro.pdf. Acesso em 10 junho 2021.

FISHER, Mark. **Realismo capitalista**. É mais fácil imaginar o fim do mundo que o fim do capitalismo? São Paulo: Autonomia Literária, 2022.

FOUCAULT, Michel. Introdução. In: FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. p. 7-30.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: **Ditos & Escritos V - Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984-2004, p.264-287.

GADOTTI, Moacir. Educar para a cooperação. In: GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. p. 31-46.

GONÇALVES, Juliana; MASCARENHAS, Thais. Grupos de consumo responsável no Brasil: aproximando consumidores e produtores em redes agroecológicas e solidárias.

In: PEREZ-CASSARINO, Julian *et al.* **Abastecimento alimentar**: redes alternativas e mercados institucionais. Chapecó: UFFS, 2018. p. 238-253. Disponível em:<https://books.scielo.org/id/85pnz/pdf/perez-9788564905726.pdf#page=239>. Acesso em: 19 jun. 2025.

HARAWAY, Donna. **Seguir con el problema**: generar parentesco en el chthuluceno. Bilbao: Consonni, 2019. 365 p.

HUI, Yuk. **Tecnodiversidade**. São Paulo: Ubu, 2020.

JONAS, Hans. **O Princípio Responsabilidade: ensaio de uma ética para uma civilização tecnológica**. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2006.

KASTRUP, Virgínia. Políticas cognitivas na formação do professor e o problema do devir-mestre. **Educação & Sociedade**, v. 26, p. 1273-1288, 2005.

LATOUR, Bruno. **Diante de gaia**: oito conferências sobre a natureza no antropoceno. São Paulo: Ubu, 2020.

MASCARENHAS, Thaís; GONÇALVES, Juliana. Grupos de Consumo Responsável: práticas de consumidores baseadas no comércio justo e solidário. In: STELZER, Joana; GOMES, Rosemary. **Comércio justo no Brasil e na América Latina**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / Ufsc, 2016. p. 119-140.

MASSCHELEIN, Jan. E-ducando o olhar: a necessidade de uma pedagogia pobre. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 1, n. 33, p. 35-48, jun. 2008. Disponível em:<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/6685/3998>. Acesso em: 30 jul. 2024.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento**: as bases da compreensão humana. São Paulo: Palas Athena, 2001.

ONU. **AR6 Climate change 2021**: the physical science basis. Intergovernmental Panel on Climate Change. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

ONU. **Os povos indígenas na América Latina**. Avanços na última década e desafios pendentes para a garantia de seus direitos (síntese). Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37773/1/S1420764_pt.pdf. Acesso em: 19 jun. 2025.

RAMM, Laís Vargas. **Natureza, educação e tecnologia: a pedagogia atencional exercida em grupos de consumo responsável (GCRs) e cooperativas de consumo**. 2023. Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes**: resistir à barbárie que se aproxima. São Paulo: Cosac Naify, 2015. 212 p.

TIRIBA, Lia. Educação popular e pedagogia (s) da produção associada. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 27, n. 71, p. 85-98, abr. 2007. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/K7JS4VWcQSK99c9bgNswtZg/?format=pdf&lang=pt#:~:text=Para%20isso%C2%20um%20dos%20pontos,v%C3%AAm%20tentando%20administrar%20seus%20empreendimentos>. Acesso em: 31 jul. 2024.

VARELA, Francisco; THOMPSON, Evan; ROSCH, Eleanor. **A Mente Incorporada:** ciências cognitivas e experiência humana. Porto Alegre: Artmed, 1991.

VARELA, Francisco. **Sobre a competência ética.** Lisboa: Edições 70, 1992.

ZERBINI, Fabíola; BARCIOTTE, Maluh; PISTELLI, Renata. Um diálogo inicial entre educação para o consumo responsável e o comércio ético solidário. In: FRANÇA, Cassio Luiz de. **Comércio Ético e Solidário no Brasil.** São Paulo: Fundação Friedrich Ebert/Ildes, 2003. p. 87-96.